



RELATÓRIO DE ADJUDICAÇÃO

Aquisição Nro.: 258/25 - Dispensa de Licitação

JOCELEIA
DA
SILVA
29/07/2025 12:32

Nº	Quant.	Unidade	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
Fornecedor: MARCIO SANDRO MALLET PEZARIM CNPJ: 04.743.532/0001-70					
1	30	UNIDADE	- Medalhas da "COMENDA DO MÉRITO JUDICIÁRIO" em metal, no processo de fundição, em alto e baixo relevo, no tamanho de 6X6cm, 4mm de espessura, frente e verso, no banho eletrolítico de ouro, com pintura em esmalte em 06 cores; jateada e polida; acompanha a medalha fita colar chamalote e "V" e em 03 cores (verde, vermelho e amarelo), colada à medalha com cola quente; - Estojos forrados em papel percalux verde bandeira verde escuro), no tamanho de 18,5 x 12,5 x 4 cm, com fecho e silk screen de brasão dourado; - Bótons/pins de metal em fundição no tamanho de 2,5 cm, banho eletrolítico de ouro, com pintura em esmalte em até 06 cores, com trava metálica no verso. Classificação: 3390310500	180,00	5.400,00
Total do fornecedor					5.400,00
Total Geral					5.400,00



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Processo Administrativo nº 4901/2025

Assunto: Aquisição de medalhas, pins e estojos para serem distribuídos aos agraciados na Outorga da Comenda do Mérito Judiciário (TRT4), ano 2025.

JOCELEIA
DA
SILVA
01/08/2025 12:28

KARINA
DURIGON
01/08/2025 17:08

JOAO
HENRIQUE
CARVALHO
DE LIMA
RIBAS
01/08/2025 17:34

REJANE
CARVALHO
DONIS
01/08/2025 18:33

RICARDO
HOFMEISTER
DE ALMEIDA
MARTINS
COSTA
04/08/2025 10:25

INFORMAÇÃO – DISPENSA DE LICITAÇÃO

1 - Processo administrativo / número da compra:

PA – 4901/2025

CD – 258/2025

2 - Unidade demandante/requisitante:

Secretaria de Comunicação Social (SECOM)

3 - Empresa a ser contratada:

Marcio Sandro Mallet Pezarim. - CNPJ: 04.743.532/0001-70.

4 - Assunto / Objeto:

Aquisição de medalhas, pins e estojos para serem distribuídos aos agraciados na Outorga da Comenda do Mérito Judiciário (TRT4), ano 2025.

5 - Previsão no Plano de Contratações Anual:

A demanda está prevista no Plano de Contratações Anual – PCA?

() Sim.

(X) Não - A demanda não consta no PCA devido à exceção prevista no inciso III do art. 4º da Portaria GP.TRT4 nº 4.924/2022, por se tratar de contratação de valor igual ou inferior a 33% do previsto no inciso II do *caput* do art. 75 da Lei 14.133/2021 (R\$ 20.699,44).

6 - Dos documentos obrigatórios para a contratação segundo o Anexo Único da Portaria GP.TRT4 nº 1.737/2023:

Valor **inferior** aos limites dos incisos I e II do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021:

- Documento de Formalização da Demanda - fls. 17-18;
- Termo de Referência - fls. 38-44;
- Indicação e Ciência de Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato - não se aplica.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

Processo Administrativo nº 4901/2025

Assunto: Aquisição de medalhas, pins e estojos para serem distribuídos aos agraciados na Outorga da Comenda do Mérito Judiciário (TRT4), ano 2025.

7 - Justificativa sobre a necessidade da contratação:

Conforme o Documento de Formalização da Demanda das fls. 17-18.

8 - Justificativa sobre a quantidade da contratação:

Conforme o Documento de Formalização da Demanda das fls. 17-18.

9 - Valor da contratação:

Valor unitário: R\$ 180,00 (cento e oitenta reais).

Valor total: R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais).

A proposta ainda está válida? Sim, válida até 15/09/2025, conforme documento de fls. 10-11.

Comprovação do valor de mercado conforme Mapa Comparativo de Preços (fls. 42-44).

10 - Fundamentação legal:

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

(...)

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:

I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

Ressalta-se que a Lei nº 14.133/2021 previu a necessidade de atualização dos valores constantes na nova lei, a cada 1º de janeiro, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por índice que venha a substituí-lo.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Processo Administrativo nº 4901/2025

Assunto: Aquisição de medalhas, pins e estojos para serem distribuídos aos agraciados na Outorga da Comenda do Mérito Judiciário (TRT4), ano 2025.

Desta forma, o Decreto nº 12.343/2024 atualizou os limites de valores para dispensa de licitação, a contar de 01/01/2025, que passou a ser de **R\$ 62.725,59** (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos) para as aquisições fundamentadas no inciso II, do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

Conforme documento da fl. 27, verifica-se que a presente contratação não ultrapassa o limite de valor previsto no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, c/c §1º.

11 - Da dispensa eletrônica:

Não foi realizada a dispensa eletrônica, diante da exceção prevista no art. 57 da Portaria GP.TRT4 nº 1.737/2023 e solicitação da unidade requisitante (fl. 44).

12 - Dos pressupostos e demais esclarecimentos/observações:

Regularidades: fls. 31-33 e 45.

Ressalta-se que a presente aquisição se enquadra na hipótese prevista no artigo 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021. Desta forma, por analogia, verificou-se somente a regularidade estabelecida no artigo 20 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, conforme apontamento da Assessoria Jurídica da Presidência deste Tribunal nos documentos das fls. 70-89 do Proad nº 4779/2022:

Para contratações para **entregas imediatas (prazo de até 30 dias)**, contratações com **valores inferiores a 1/4 do limite para dispensa de licitação para compras em geral** (abaixo de **R\$ 15.681,40** - artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021) e nas contratações de **produto para pesquisa e desenvolvimento** (alínea “c” do inciso IV do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021) –, para as quais **somente poderão ser exigidas as seguintes condições de habilitação**:

- **Pessoas jurídicas**: regularidade fiscal federal, social e trabalhista;
- **Pessoas físicas**: comprovante de quitação com a Fazenda Federal.

13 - Da forma de pagamento:

O pagamento será feito através de empenho, após o recebimento do objeto.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

Processo Administrativo nº 4901/2025

Assunto: Aquisição de medalhas, pins e estojos para serem distribuídos aos agraciados na Outorga da Comenda do Mérito Judiciário (TRT4), ano 2025.

14 - Do parecer da Assessoria Jurídica da Presidência:

O parecer jurídico fica dispensável na presente contratação, conforme § 1º do art. 51 da Portaria GP.TRT4 nº 1.737/2023:

§ 1º É dispensável a elaboração de parecer jurídico nas seguintes hipóteses:

I – contratações realizadas mediante dispensa de licitação em razão do valor, previstas nos incisos I e II do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021;

15 - Conclusão:

Diante do exposto, submete-se à consideração da Coordenadoria de Licitações e Contratos a possibilidade de contratação do objeto descrito no relatório de adjudicação mediante dispensa de licitação, com fundamento no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

Documento assinado digitalmente
JOCELEIA DA SILVA
Divisão de Compras Diretas



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

Processo Administrativo nº 4901/2025

Assunto: Aquisição de medalhas, pins e estojos para serem distribuídos aos agraciados na Outorga da Comenda do Mérito Judiciário (TRT4), ano 2025.

CLC

à SA/OD

De acordo. Todavia, submete-se à aprovação superior.

Documento assinado digitalmente
KARINA DURIGON
Coordenadora de Licitações e Contratos

SA/OD

à DG

Aprova-se a contratação e tendo em vista que, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/00), o demonstrativo de impacto orçamentário comprova a existência de disponibilidade de recursos e a compatibilidade da despesa com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, AUTORIZA-SE a despesa proposta e a consequente emissão da(s) nota(s) de empenho.

Todavia, submete-se à consideração da Diretoria-Geral e da Presidência.

Documento assinado digitalmente
JOÃO HENRIQUE CARVALHO DE LIMA RIBAS
Diretor da Secretaria de Administração
Ordenador de Despesas



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

Processo Administrativo nº 4901/2025

Assunto: Aquisição de medalhas, pins e estojos para serem distribuídos aos agraciados na Outorga da Comenda do Mérito Judiciário (TRT4), ano 2025.

DG

ao GP

De acordo. Todavia, em cumprimento ao disposto no inciso VIII do art. 72 da Lei nº 14.133/2021, submete-se à consideração superior.

Documento assinado digitalmente

REJANE CARVALHO DONIS

Diretora-Geral

GP

à CLC

APROVA-SE a aquisição/contratação do objeto descrito no relatório de adjudicação, mediante dispensa de licitação com fundamento no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

Determina-se seja emitida a nota de empenho pertinente à contratação do objeto.

Após, à Coordenadoria de Licitações e Contratos para a prática dos atos subsequentes e à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão da Nota de Empenho.

Documento assinado digitalmente

RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA

Presidente do TRT da 4ª Região